

Políticas Públicas de C&T, ICT e de Pós-Graduação e o Surgimento da Ciência da Informação no Brasil*

Lena Vânia Ribeiro Pinheiro^{**}
José Mauro Matheus Loureiro^{***}

Resumo

Institucionalização da Ciência e Tecnologia no Brasil: primeiras faculdades e universidades, academias de Letras e de Ciências, sociedades científicas e órgãos de fomento. Um sopro de modernidade: a Semana de Arte Moderna. As políticas da UNESCO para a América Latina e a criação do IBBD. As discussões iniciais e os eventos nacionais pioneiros de Ciência da Informação. O CDC- Curso de Especialização em Documentação e Informação do IBBD como embrião do Mestrado pioneiro em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ. Programas nacionais de desenvolvimento. A institucionalização acadêmica e científica da Ciência da Informação no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O nascimento de um campo do conhecimento, sua evolução e transformações não são episódios isolados e estão profundamente imbricados não somente com fatos mais diretos de Ciência e Tecnologia, mas com todo um quadro político, econômico, educacional e cultural, e mesmo ao panorama mundial. Assim é que a Ciência da Informação no Brasil, cujo surgimento, ao mesmo tempo em que se distancia, se aproxima

* Apresentado ao 5º CINFORF na UFBA., Salvador, 2004

** Doutora em Comunicação e Cultura, UFRJ

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

*** Doutor em Ciência da Informação, IBICT-UFRJ

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

do nascimento da área no exterior, mais precisamente nos EUA, ou do seu alvorecer, na Europa de Otlet, é fortemente determinada por circunstâncias históricas do Brasil daquele tempo, isto é, da década de 60, por suas vez decorrente de períodos anteriores, com seus marcos e marcas.

Convém lembrar que, nos Estados Unidos, país no qual a Ciência da Informação emergiu cientificamente, em formulação conceituai, nas reuniões de 1961/62, no Geórgia Institute of Technology, este fato ocorreu muito em decorrência dos avanços e da geração de conhecimentos de Ciência & Tecnologia e Pesquisa & Desenvolvimento, relacionados aos esforços da 2^a. Guerra Mundial e por seu caráter estratégico, além das novas tecnologias. Não por acaso, Pinheiro (1977) declara, na sua tese de doutorado sobre domínio epistemológico e campo interdisciplinar da área: "a Ciência da Informação foi gestada sob o signo da guerra...", portanto, podemos reafirmar, é filha da guerra.

- E no Brasil? Como a Ciência da Informação foi concebida e ganhou espaço no território da ciência nacional e nas universidades brasileiras?

No exterior, a Ciência da Informação vinha sendo semeada desde o final do século 19, pelas idéias de Otlet, quando pensou" a Documentação, termo que substituiria a Bibliografia, considerado por ele e La Fontaine restrito a livros, e assunto discutido na X Conferência Internacional de Bibliografia, de 1931 (Lasso de La Vega apud Pinheiro, 2002).

Os termos documentação e documentos podem ser considerados remotos antecessores epistemológicos de Ciência da Informação, uma vez que assim são pensados por autores da área, principalmente dois dos estudiosos de sua história que se dedicaram ao tema no seu importante artigo de revisão para o ARIST, em 1977 (Shera e Cleveland apud Pinheiro, 1997).

Posteriormente houve reuniões sobre informação científica: em 1948, a Conferência de Informação Científica, da Royal Society, em 1955, a Conferência da IUPAC- International Union on Pure and Applied Chemistry, também em Londres e,

em 1958, a Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington (Foskett, 1980).

Como ocorre, no Brasil, essa fase germinadora da Ciência da Informação, e quais são os seus eventos anunciadores?

Se na Europa Paul Otlet foi a figura central da Documentação, embrião do que viria a ser a Ciência da Informação e, em 1895 fundava o Instituto Internacional de Bibliografia, o Brasil libertava-se do colonialismo e do domínio português e iniciava-se na República, proclamada em 1889, tinha como patrimônio documental a Biblioteca Nacional e acervos originados dos jesuítas e localizados nas primeiras universidades e institutos de ciência e pesquisa.

O antigo IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, fundado em 1954, a partir de 1976 IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia desempenhou um papel central nessa história, pois foi a instituição onde surgem os dois sinais do nascimento da área, o Mestrado em Ciência da Informação e a revista Ciência da Informação, no início da década de 70, sem contar as atividades do próprio Instituto, direcionadas à informação científica e, portanto, relacionadas ao que se entende por um dos objetos de estudo da Ciência da Informação.

Muitos anos depois é que cursos e programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação mudam, no início da década de 90, seu nome para Ciência da Informação, conforme Pinheiro (2000).

Este trabalho é originado da pesquisa História da Ciência da Informação no Brasil: historiografia de uma área do conhecimento contemporânea no cenário nacional, projeto integrado de pesquisa financiado pelo CNPq¹. Corresponde

¹ Equipe participante da pesquisa: Prof(a)s. Dr(a)s: Lena Vânia R. Pinheiro, coord.,IBICT; Diana F. C. Lima, UNIRIO; Isa M. Freire, IBICT; José Mauro M. Loureiro, UNIRIO; Lúgia Café, IBICT; Maria Lúcia. N. M Loureiro, JBRJ; Marisa Brascher, UnB; Rubens R. da Silva ; Sandra L. Rebel Gomes, UFF; e Profa. Patrícia Henning, UNIRIO, Mestre em CI; bolsista AP Maria das Graças (Linda) Loliola e bolsistas IC Júlia N. Moraes e Aline C. F. Carvalho.

apenas a um dos aspectos do objetivo geral, ou seja, analisar a área no Brasil, desde a sua origem e introdução no País, ou melhor, mapear o cenário político, social e cultural e circunstâncias que propiciaram a sua emergência em território nacional, portanto, sem ainda traçar um quadro atual da área.

2. PRIMEIROS PASSOS DA CIÊNCIA E CIENTISTAS NO BRASIL E QUESTÕES DE POLÍTICA CIENTÍFICA.

No prefácio de seu livro "Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil", Schwartzman (2001, p.VIII) sintetiza e situa sociologicamente a Ciência no Brasil e aborda as duas correntes de pensamento que passaram a fase inicial de sua história:

- a primeira, de Amoroso Costa, matemático defensor da ciência pura, influenciado por Weber, "que procurava distinguir com clareza a ciência da política", de Merton, que estudou "... os sistemas de valores que deveriam acompanhar a cultura da ciência" (década de 40) e de Joseph Ben-David, cuja pesquisa se voltava ao papel da ciência e dos cientistas na sociedade moderna, sua evolução no tempo e transformações; e

- a segunda, na qual predominavam as idéias de Comte, de Bernal e de F. Juliot-Curie, os dois últimos influenciados pelo marxismo.

Schwartzman (2001, p.VIII) esclarece que ambas as correntes "compartiam a idéia de que as ciências empíricas eram um componente central das sociedades modernas, e que era importante desenvolvê-las ao máximo...", declara-se identificado com as preocupações da primeira corrente, na qual ciência e comunidade científica têm seu lugar próprio, valores e cultura e "... defendendo a comunidade científica contra o uso instrumental da tecnologia...", enquanto os segundos, sobretudo cientistas naturais, tecnólogos e engenheiros, relacionavam ciência à economia, à política e ao poder militar.

Na verdade os dois projetos modernistas seguiriam, segundo o autor, o primeiro uma linha democrática e liberal e, o segundo, a autoritária.

A Ciência e seu próprio estudo pela Sociologia da Ciência, a Filosofia da Ciência e a Epistemologia evoluíram muito. Para Freund (1977), as Ciências Humanas, na construção de seu estatuto, desempenham importante papel, principalmente a partir do século 19, contribuindo para uma nova visão de métodos científicos.

Com a nova Sociologia do Conhecimento, Schwartzman (2000) considera que surgiram "visões extremas e radicais..", mas o importante foi colocar a nu que "... a prática da ciência é diferente de sua ideologia e justificação, e que, por isso, não é possível continuar a defender, de forma ingênua e irrefletida, a superioridade do conhecimento científico, e as coisas que propõem os cientistas e tecnólogos, sobre todas as demais" . Além de ter abalado "...profundamente a crença nas virtudes absolutas da ciência e da técnica..."

Em 1977, o epistemólogo Hilton Japiassu, em contundente artigo publicado na revista Ciência da Informação, sob o título de "As máscaras da ciência", aborda os seus "anteparos ideológicos" e critica a pretensa neutralidade da ciência e dois de seus mitos: de "...ciência-que-conduz-necessariamente-ao-progresso" e o segundo, de "ciência-pura-e-imaculada". Japiassu aponta "o vínculo indissolúvel entre ciência e poder" e mostra as conseqüências do domínio da máquina e o quanto ela está "a serviço de uma função, não de um projeto humano".

Quanto aos modelos de política científica, Pinheiro (2000) cita Sant'Anna (1978), no seu livro sobre Ciência e sociedade no Brasil, no qual reconhecia, até a década de 70, duas situações de extremos: "...de dependência absoluta da Ciência em relação ao Estado, não apenas em termos de subsídios para apoio à pesquisa e ao ensino científico como, principalmente, pelo estabelecimento de metas para as atividades científicas. No outro extremo coloca-se uma relativa

dependência que se expressa pelo apoio financeiro mas que não implica em interferências políticas na formulação de objetivos científicos". Sobre dificuldades e obstáculos do desenvolvimento da ciência brasileira Sant'Anna (1978) ressaltava "inconsistências na política científica governamental e a ausência de projetos sociais envolvendo a colaboração do setor científico e tecnológico".

Os principais marcos da política científica brasileira são listados por Marlene Oliveira (1998), na sua tese de doutorado sobre o financiamento de pesquisas pelo CNPq à área de Ciência da Informação: em 1951, a criação do CNPq e da CAPES; o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, para 1964-1966; em 1969, a implantação do FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para apoio financeiro a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico; nos anos 70, o SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, "para integrar as atividades relativas à pesquisa científica e tecnológica", os PBDCT's, Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e na década de 80, a Lei de Informática e a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Ainda sobre política da C&T, no Brasil, no prefácio do livro de Vânia Sant'Anna, Henrique Rattner (1978) pergunta:

"Que tipo ou modelo de política científico - tecnológica deve ser adotada nos países pobres, a fim de acelerar seu desenvolvimento? Uma resposta significativa só pode ser dada em função dos valores e objetivos prioritários, definidos mediante processos democráticos, das respectivas sociedades. A maior dificuldade nessa decisão reside, não nos aspectos e nas complexidades técnicos do assunto, mas da natureza conflitiva por interesses e aspirações de diversos grupos e camadas, contraditórias e freqüentemente inconciliáveis".

As possíveis respostas podem estar contidas num projeto coordenado por Schwartzman (2000), realizado em 1993-94, com o objetivo de traçar uma política científica, considerando o surgimento de um cenário diferente, pelo "...novo 'modo' de

produção científica, muito mais pragmático, interdisciplinar, ad hoc e contaminado por interesses comerciais e empresariais do que antes" (Gibbons et al apud Schwartzman, 2000). No entanto, o Brasil ainda seguia o "modelo Geisel", dos anos 70 e já decadente na década de 80.

Os resultados do Projeto não foram aplicados, de forma "mais explícita" pelos órgãos financiadores, MCT e Banco Mundial, segundo o coordenador, mas foi gerada uma série de análises e estudos. Alguns importantes resultados, embora longos, são aqui reproduzidos, exatamente por sua relevância:

"O cenário internacional da ciência e tecnologia mudou dramaticamente desde que o Brasil começou sua caminhada para o desenvolvimento de C&T nos anos 60". As principais características deste novo contexto internacional podem ser descritas como se segue:

- A ciência e tecnologia estão muito mais próximas da indústria e dos mercados do que antes. As indústrias precisam não só de processos e produtos, mas também das qualificações necessárias para acompanhar as novas concepções e práticas de gestão, e para isso dependem de conhecimentos especializado que não são e nem podem mais ser gerados internamente, em suas atividades cotidianas. A consequência tem sido o aumento dos investimentos em P&D, a instalação de laboratórios especializados e departamentos de pesquisa e a busca de novas formas de relacionamento com as universidades. Há uma preocupação renovada com questões de propriedade intelectual, que acompanham uma grande expansão de uma verdadeira indústria do conhecimento, do comércio, de marcas e patentes, da assistência técnica e das consultorias internacionais.

- O ritmo da inovação tecnológica e da competição do mercado se acelerou, exigindo das empresas capacidade permanente de mudar sua organização interna, absorver novas tecnologias e processos e de gerar novos produtos. Isso tem provocado mudanças significativas na composição da força de trabalho industrial, uma maior ênfase em trabalhadores altamente qualificados em todos os níveis e uma drástica

redução de pessoal administrativo e não qualificado. As conseqüências desse novo ritmo de progresso técnico e da competição no mercado incluem também a crescente internacionalização das indústrias e mercados e redefinição das linhas de produção, com especialização de alguns segmentos da cadeia produtiva ou em alguns nichos do mercado. Novas associações e fusões muito freqüentemente entre empresas de diferentes países, são também estimuladas pelo alto custo financeiro da P&D e pelo encurtamento do ciclo de vida dos novos produtos.

- A ciência está se tornando mais global. A velocidade e o baixo custo dos fluxos internacionais de informação colocam pesquisadores e centros de pesquisa em contato direto. A propagação de produtos e processos tecnológicos por empresas internacionais dissemina padrões similares de consumo, de organização e de trabalho. É muito mais fácil agora o acesso à comunidade científica internacional do que no passado. A mobilidade internacional de pesquisadores de talento também se tornou mais simples. Mas, ao mesmo tempo, a participação efetiva na comunidade internacional depende de uma qualificação adequada, na medida em que requer a utilização de instrumentos científicos padronizados, linguagem e padrões de comunicação adequados, que, em sua ausência, geram novas desigualdades e formas de concentração de recursos e qualificações" (Schwartzman, 2000, p. XV -XVII).

Chamamos a atenção ao trecho final quando, ao ser pensada a globalização, aspectos relativos à informação e à comunicação científica internacional são ressaltados, bem como a necessária infra-estrutura, para evitar os problemas conseqüentes apontados.

2.1 O pioneirismo no ensino e pesquisa: faculdades, universidades e academias de ciência.

As primeiras idéias sobre uma organização acadêmica no Brasil, no final do século 18, vêm de José Bonifácio de Andrada e Silva, que fez seus estudos universitários em diversos países

da Europa e foi inspirado no modelo de Pombal mas, segundo Schwartzman (2001, p.56-58), "esse projeto nunca se materializou", embora ainda nesse século tenha surgido, oficialmente, em 1797, por decisão do Rei de Portugal, o Jardim Botânico da cidade de Belém, criado pelo Capitão-Geral do Pará para "aclimatação de plantas", considerada a primeira instituição de pesquisa brasileira.

As atividades científicas praticadas no Brasil, até a independência do País, estiveram relacionadas às riquezas naturais, principalmente do solo (minerais), das florestas e animais, a fauna e flora, estudadas sobretudo por estrangeiros, além dos próprios habitantes locais e que, no entendimento de Schwartzman (2001, p.64) "era uma ciência descritiva..." na qual esses estrangeiros "...ampliavam o acervo de observações sobre a história natural que estava sendo acumulado na Europa". Nesse momento se destaca Alexandre Rodrigues Ferreira, "o primeiro naturalista brasileiro a estudar em Coimbra." e responsável pela exploração da fauna e flora brasileiras.

A atividade científica brasileira era até os primórdios da República "extremamente precária, cujo início ocorreu nesse século 19, sendo considerados os estudos mineralógicos e geológicos dos irmãos Martim Francisco e José Bonifácio de Andrada e Silva. Segundo o mesmo autor, começam a ser fundados institutos técnicos e a pesquisa é realizada de forma mais sistemática, estando em funcionamento, em 1808, os seguintes: "a Academia de Guardas-Marinhas, que passaria depois a Academia Naval; o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro; a Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conhecido originalmente como o Horto Real; e a Escola Central, uma academia militar que seria a primeira escola de engenharia do Brasil" (Schwartzman, 2001, p. 66).

Em 1874 o sistema de ensino brasileiro passou por reformulação e foi criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, seguindo o modelo francês. Merece ser destacada a Escola de Minas de Ouro preto, criada em 1875 e que, para Schwartzman

(2001, p.79), "é uma exceção notável entre as escolas profissionais fundadas depois da reforma educacional do Visconde do Rio Branco".

No final do século 19 já existiam inúmeras instituições de ensino e pesquisa, no país, outras foram criadas no início do século 20 e em 1940, segundo Fernando Azevedo (apud Schwartzman 2001, p.99) funcionavam no Brasil "10 escolas de Engenharia, 11 escolas de medicina, 14 de Farmácia e Odontologia, 5 de Agronomia e Veterinária - além de 20 escolas de Direito, tanto públicas quanto particulares, todas inspecionadas pelo governo".

Podemos observar que, de acordo com dados de Stols (apud Schwartzman, 2001, p. 100), a Bélgica era um país cujo ensino superior seguia o modelo francês, mas não tinha tendência elitista e militar do ensino na França e era voltada ao ensino prático, o que se tomou um atrativo e facilidade para a participação de brasileiros, que convergiram para esse país em número significativo.

É oportuno lembrar a origem belga de Paul Otlet, a quem devemos o início da Documentação, tendo por objeto a informação científica e tecnológica, por sua vez embrião da Ciência da Informação, aspectos inicialmente já ressaltados. Somente num país de riqueza intelectual seria possível o movimento da Documentação, a fundação de entidades internacionais como o já citado Instituto Internacional de Bibliografia, hoje FID - Federação Internacional de Documentação, entre cujos membros estavam muitos detentores de prêmios Nobel, com a participação de alguns países, além da Bélgica, a França, Alemanha, Holanda e Suíça, e a União das Organizações Internacionais. Otlet atuou também no Movimento da Paz, que redundou na criação da Liga das Nações e na Organização para a Cooperação Internacional, precursora da UNESCO. Esses movimentos no qual Otlet se engajou, desde a 1ª Guerra Mundial, contaram também com a participação de Henri La Fontaine, seu parceiro de trabalho e Prêmio Nobel da Paz em 1913 (Pereira, 2000, p.VII-XVI).

Curiosamente, em Belém do Pará viveu um discípulo de Otlet, o botânico Paul Ledoux, também belga, professor da UFPA - Universidade Federal do Pará, que acompanhou com interesse e apoiou as atividades da REBAM - Rede de Bibliotecas da Amazônia.

Não podemos dissociar o desenvolvimento científico e tecnológico de movimentos de arte e cultura que também representam o espírito da época ou anunciam novas formas de pensar e de mentalidade, nas suas rupturas e criatividade. Assim é que, em editorial do número especial da revista *Ciência da Informação*, Pinheiro (1996) lembra que "o século XVII da 'revolução científica', berço do iluminismo que se expandiu plenamente no século das luzes (XVIII) é, naturalmente, o período de institucionalização da ciência e das artes, pelo aparecimento das primeiras sociedades e eventos artísticos e científicos". A autora completa o seu pensamento apontando a criação da *Académie Royale de Peinture et de Sculpture*, em 1648, e o início das "conferências" para análise de obras de arte e a simultaneidade do surgimento, em 1665, dos primeiros periódicos científicos, o *Journal des Sçavants* e o *Philosophical Transactions of the Royal Academy*, o primeiro em Paris e o segundo em Londres, "centros irradiadores da cultura desse tempo"

Assim, é importante abordar, ainda que sucintamente, o principal movimento de arte e cultura brasileiras da primeira metade do século 20, a Semana de Arte Moderna de 1922.

3. UMSOPRO DE MODERNIDADE: A SEMANA DE ARTE MODERNA.

A Semana de Arte Moderna de 1922 ocorre em meio às profundas transformações do cenário nacional. A hegemonia político-econômica da oligarquia agrária dominante encontra-se fragilizada em virtude do processo de industrialização e urbanização gerada pela crise do comércio internacional, iniciada durante a Primeira Guerra Mundial, que impõe ao Brasil a necessidade de substituição das importações. Nesse

contexto, o sistema oligárquico encontra-se fragilizado face à ascensão da burguesia nacional, do desenvolvimento da classe média urbana e da formação do proletariado.

O universo artístico-cultural do período pré-modernista tem como linguagens estéticas predominantes o Academismo, o Realismo, o Simbolismo, o Parnasianismo. A influência francesa em muitas áreas da vida brasileira e a adesão das elites burguesas ao clima da *Belle Époque* marcavam profundamente as idéias e o comportamento da sociedade.

As elites intelectuais brasileiras, influenciadas pelas novas correntes artísticas surgidas na Europa das primeiras décadas do século **XX**, deflagram um movimento estético que incorpora novos valores e linguagens às várias manifestações das artes brasileiras. A renovação estética trazida pela Semana de Arte Moderna possui, sem dúvida, forte influência dos movimentos da vanguarda europeia como o Dadaísmo, o Cubismo e o Surrealismo, dentre outros.

O modernismo foi o primeiro movimento "em que um grupo de intelectuais e artistas planejou a criação de uma arte brasileira" (Zilio,1982, p.14). Desse modo, as perspectivas estéticas apresentadas contemplavam a inserção das artes brasileiras nos quadros das estéticas ocidentais dominantes e a incorporação da cultura brasileira em sua temática.

As novas formas de expressão estética trazidas pelo ideário da Semana de Arte Moderna representam uma ruptura nas tradições da cultura brasileira e uma tomada de consciência frente às estruturas histórico-sociais vigentes, representadas pela arte tradicional. Dessa maneira, ainda que organizada pelas elites intelectuais e a alta burguesia, o movimento modernista, em sua crítica profunda à ordem oligárquica da República Velha, incorpora anseios de transformação de vários segmentos sociais.

Ao inserir novas perspectivas nas linguagens estéticas, por meio da importação dos pressupostos das vanguardas europeias, o movimento modernista estaria adequando o ambiente artístico aos procedimentos que o capitalismo

moderno-industrial vinha delineando no Brasil, principalmente em São Paulo.

O *Manifesto Pau Brasil* de Oswald de Andrade, publicado em 1924 no "Correio da Manhã", caracteriza as transformações ocorridas no modernismo a partir daquele ano. As questões estéticas cedem lugar, inicialmente, às preocupações com o desenvolvimento de uma literatura de características nacionais, que se desdobra na proposição de um projeto de cultura nacional.

Trata-se de elaborar um novo olhar sobre a cultura brasileira, isento das perspectivas vinculadas às tradições oligárquicas dominantes. Desse modo, as categorias de nacional, nacionalismo e brasilidade incorporam-se às preocupações com o mundo da cultura. Nesse sentido, a inserção na modernidade se dá pela via do nacional, isto é, busca-se inscrever o produto cultural no interior da nação.

A história da cultura brasileira tem na Semana de Arte Moderna de 1922 o momento simbólico da deflagração do modernismo no Brasil. Esse momento marcante na vida brasileira deve ser entendido a partir das crises que prenunciam o fim da República Velha e, conseqüentemente, a perda do monopólio do poder por parte das oligarquias agrárias. As questões estéticas e ideológicas trazidas pelo modernismo são, ainda hoje, fonte de permanentes interpretações e questionamentos e devem ser também consideradas no panorama de ICT nacional do nascimento da Ciência da Informação.

4. AS INJUNÇÕES POLÍTICAS PARA A FUNDAÇÃO DO IBBB E A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, NO BRASIL, EM CINCO DÉCADAS, DE 1940 A 1989.²

² Este tópico 4 reproduz, *ipsis litteris*, a parte inicial de um subcapítulo da tese de Pinheiro (1997), o 5.1, Ciência da Informação no Brasil: políticas públicas, ensino e pesquisa, não publicado. Foi suprimida a parte final, correspondente à análise específica do PPGCI- Programa de Pós - Graduação em Ciência da Informação, do IBICT, na ocasião em convênio com a UFRJ. Eventuais exclusões, por ultrapassarem o período ora analisado, são indicados por (...) e farão

No Brasil, o antigo IBBD foi fundado, em 1954, como órgão do então Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq.

A própria criação do IBBD se deu mais por influência externa, pois foi a UNESCO, em ação conjunta com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, que estimulou a implantação do Instituto. (Briquet de Lemos, 1986). A FGV mantinha um expressivo acervo em Ciências Sociais e herdara, em 1947, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, criado em 1942, no antigo Departamento de Administração de Pessoal - DASP.(Barbosa, 1970).

A UNESCO vinha promovendo nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 50, a implantação de centros nacionais de documentação. Assim, o IBBD foi pensado como um centro de documentação visando ao apoio das instituições científicas, técnicas e industriais, para o desenvolvimento do Brasil, da pesquisa científica e da educação de nível superior. Seu papel seria, fundamentalmente, o de incentivo, apoio e colaboração.

As principais atividades do IBBD foram, originalmente, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, em continuação ao trabalho de Paulo Sawaya, de São Paulo, as bibliografias especializadas brasileiras, as buscas bibliográficas, o Cadastro de Pesquisas em Andamento, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação - SIC, repassado pela FGV, e a reprodução de documentos.

Parte das ações do IBBD estavam voltadas à capacitação de recursos humanos, através de um Curso de Especialização em Pesquisa Bibliográfica, oferecido desde o ano seguinte à fundação do Instituto, hoje denominado Curso de Especialização em Documentação e Informação - CDC, e do Mestrado de Ciência da Informação, em funcionamento desde 1970 (Gomes, 1974).

parte da pesquisa posteriormente, mas os verbos foram mantidos no presente, embora hoje alguns se refiram a programas, projetos e ações desativados. É oportuno explicitar que também a forma de citar, que na tese adotava números remetendo à bibliografia ao final do capítulo, aqui inclui o autor, data e página, seguindo a forma de citar no presente trabalho.

A informação científica e tecnológica aparece nas políticas públicas brasileiras na década de 70. Portanto, vai refletir o momento histórico por que passava o Brasil, sob regime totalitário desde 1964, daí a vinculação de C&T e, conseqüentemente, de informação, à segurança nacional, assim como a ênfase no planejamento (Briquet de Lemos, 1986, p.108).

Foi no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, de 1972/74, que a informação foi introduzida, prevendo-se a implantação de um Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia - SNICT.

O Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico I (1972/74) aprofundou a idéia do SNICT e estabeleceu seu principal objetivo: "captar, tratar e difundir, de forma sistemática e permanente, informações atualizadas na área de Ciência e Tecnologia, assim como os vários subsistemas que dele participariam, com suas respectivas áreas de atuação".

No Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico II, 1975/79, a informação científica e tecnológica ganhou mais espaço, incluída entre atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, considerada "elemento básico de apoio para a formulação de políticas e estratégia do governo".

O SNICT surgiu tendo como objetivo planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica, no sentido de estabelecer uma rede nacional de cooperação e intercâmbio, no campo da documentação, para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no exterior (Miranda, 1977).

O SNICT seria constituído pelos seguintes subsistemas:

- de informação científica;
- de informação tecnológica e industrial livre;
- de informação tecnológica patentada;
- de informação sobre infra-estrutura e serviços; e

- de coleta e disseminação de informação no exterior (Gomes e Carvalho, 1974, p.271-281).

Segundo a sua estrutura, o SNICT ficaria vinculado ao CNPq e deveria funcionar de forma descentralizada, tendo dois órgãos de apoio; o IBBD e a Biblioteca Nacional.

Para discutir o SNICT foram realizadas muitas reuniões. No entanto, o Sistema não chegou a ser implantado e dele restam algumas atas de reuniões e pequeno número de artigos publicados em periódicos da área.

Surpreendentemente, o SNICT estimulou o surgimento de sistemas, redes e serviços de informação, alguns ainda hoje em funcionamento e outros desativados.

O IBICT data de 1976 e substituiu o IBBD, permanecendo vinculado ao CNPq, agora Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cuja sigla foi mantida. O IBICT é fruto da política da década de 70 e da concepção do SNICT, do qual, de certa forma, absorve algumas atribuições e características. O IBICT é, ainda, uma decorrência das profundas transformações da sociedade moderna, da emergência de computadores, do surgimento de centros de documentação, sistemas de informações e bases de dados, do processo automatizado que revolucionou a tradicional atuação de organismos de informação.

O IBICT surge na perspectiva de órgão de fomento e coordenação, com a missão de promover a efetivação do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia, integrado por sistemas setoriais de informação, (Aguiar, 1980) tendo assumido, portanto, um novo perfil institucional, de entidade coordenadora e eminentemente política. Em decorrência dessa mudança, desativa alguns serviços ou repassa-os a outras entidades e toma sua biblioteca um Centro de Informação em Ciência da Informação - CCI, responsável pela atualização de profissionais brasileiros e da América Latina, em geral, com intensa atividade até meados de 1985. A partir daí, lamentavelmente restringiu suas atividades à Biblioteca do Instituto e suspendeu uma série de serviços e produtos,

anteriormente distribuídos para mais de 2000 profissionais de informação do continente latino-americano, sobretudo Brasil.

Do início da década de 80 até 85, o IBICT fortalece o seu papel na política de informação científica e tecnológica priorizando, no seu programa, o apoio à criação a implantação de sistemas de informação.

O 3º PBDCT, de 1980-85, reconhece a importância do IBICT e a necessidade de apoiá-lo, atribuindo-lhe o papel de "órgão central com condições institucionais e materiais para desempenhar funções de coordenação descentralizada das atividades de informação em Ciência e Tecnologia no País" (Briquet de Lemos,1986). Este plano, diferentemente dos anteriores, não incluía programa, projetos e atividades, transferindo essa incumbência aos documentos específicos denominados "ações programadas".

São dessa fase três importantes marcos na política brasileira de informação.

- a Ação Programada de Informação Científica e Tecnológica;
- o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, com recursos do Banco Mundial; e
- o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBUI.

A Ação Programada (Brasil.Seplan.CNPq, 1984) foi elaborada em 1984. É um documento que traduz o momento histórico brasileiro, de abertura democrática, dela tendo participado, diretamente, mais de cem profissionais de informação das mais diversas entidades brasileiras. Eles participaram de grupos de trabalho, analisaram o documento e contribuíram com sugestões.

A Ação Programada partiu das seguintes questões:

- geração de documentos primários;
- formação e desenvolvimento de coleções;
- automação de bibliotecas;
- bases de dados bibliográficos;

- difusão e uso de informação;
- recursos humanos; e
- assuntos internacionais.

Trata-se de um diagnóstico que aponta diretrizes, identifica instituições e respectivas atribuições para superar os problemas de informação mapeados.

Já o PADCT apoiou, inicialmente, as atividades do próprio IBICT e os sistemas em áreas priorizadas pelo CNPq :

- Biotecnologia;
- Geociência e Tecnologia mineral;
- Química; e
- Instrumentação.

Quanto à informação tecnológica e industrial receberam recursos os projetos de couro e caçados, indústria têxtil, tecnologia de alimentos e indústria moveleira, entre outros.

Posteriormente, o PADCT ampliou o apoio à informação tecnológico-industrial e os núcleos de normas e especificações, núcleos regionais e núcleos setoriais, como o de Design e Metal-Mecânica. Hoje, a presença do IBICT em atividades de informação para o setor produtivo é intensa, especificamente para às micro, pequenas e médias empresas. Importantes projetos destacam-se, na década de 90, como SPA, hoje Rede ANTARES, com postos de serviços em todas as regiões brasileiras. Este Projeto foi germinado ainda na década de 80 e agora começa a ser implantado. O seu principal objetivo é, através de uma rede de computadores, permitir o acesso descentralizado a bases de dados.

O Instituto está hoje engajado em ações nacionais do porte do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PACTI e do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria- PACTI, além do já mencionado PADCT.

Juntamente com o Antares, o IBICT mantém experiências mais antigas como o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas - CCN, uma das primeiras redes automatizadas do país, o Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT e continua produzindo bancos e bases de dados,

reunidos no Semear. Este banco é constituído por seis bases de dados, disponíveis na RNP e na Renpac, da Embratel:

- Biblio, contendo informações sobre as bibliotecas da rede CCN, cerca de 700;
- Lici, que reúne o acervo da Biblioteca do IBICT;
- TITCCN, de títulos de publicações periódicas;
- Ciente, de publicações sobre C&T;
- Teses, contendo dissertações e teses defendidas no Brasil; e
- Eventos, que indexa eventos científicos e tecnológicos, qualidade e produtividade.

O Instituto ainda desenvolve software como o Tecer, para a produção de tesouros em microcomputador e Lince para recuperação de informações em bases de dados e publica, juntamente com a revista Ciência da Informação já citada, o Calendário de Eventos em Ciência e Tecnologia, Eventos e Cursos, o boletim Qualidade e Produtividade e o Informativo IBICT, que divulga as suas atividades.

Entre os programas brasileiros paralelos aos do IBICT não podemos deixar de citar o PNBU, surgido em 1986 e que marcou, decisivamente, as atividades de bibliotecas universitárias brasileiras.

As principais linhas de atuação do PNBU foram (Brasil.MEC.SESU, 1986):

- o Programa de Aquisição Planificada - PAP;
- o BIBLIOS, para aquisição de monografias;
- o programa de capacitação de recursos humanos; e
- projetos de pesquisa na área de informação.

O PNBU desenvolveu intensa e produtiva atividade até meados de 91, quando começa a ser gradativamente enfraquecido. Ao apoiar e recomendar a adesão à rede Bibliodata/CALCO, contribuiu para a sua ampliação e consolidação.

Hoje, o Programa pode ser dimensionado pelo crescimento e enriquecimento dos acervos universitários e pela existência de uma política de aquisição planificada nas

universidades brasileiras; pela melhor capacitação de bibliotecários; pela aceleração do processo automatizado e a criação de sistemas de informação universitários e pela modernização de serviços e produtos de informação. Além das evidências, o PNBUI foi formalmente avaliado, e os resultados desse trabalho reforçam a repercussão do PNBUI no panorama das universidades brasileiras. (...)

E, para finalizar este capítulo, as atividades do IBICT para capacitação de recursos humanos, consolidadas pela manutenção do Curso de Especialização em Documentação e Informação - CDC e do Mestrado em Ciência da Informação, pioneiro na área, no Brasil e América Latina, e ampliadas com o início do Doutorado em Ciência da Informação, as atividades de ensino são concretizadas através de mandato acadêmico da UFRJ, vinculadas à Escola de Comunicação - ECO.

O mestrado em Ciência da Informação nasceu da natural evolução da experiência do curso de especialização, o CDC, implantado no antigo IBBD, em 1955, portanto, um ano após a fundação do Instituto, sob a denominação de Curso de Pesquisa Bibliográfica, criado por Lydia de Queiroz Sambaquy. Este curso foi um reflexo do surgimento da Documentação e da Bibliografia e do novo campo de trabalho aberto por essas disciplinas, para profissionais de diferentes formações que trabalhassem com informação especializada, conforme discutido no início deste capítulo. A cada ano o Curso era dedicado a um determinado campo do conhecimento, sendo o primeiro de documentação nas ciências naturais. A partir de 1964 passou a ser chamado Curso de Documentação Científica - CDC, por força de convênio com a UFRJ. A partir de 1984 transformou-se em Curso de Especialização em Documentação e Informação, mantendo a sigla CDC e o vínculo acadêmico com a UFRJ, na Escola de Comunicação - ECO (Pinheiro e Pereira, 1987, p.75-147).

O CDC é um raro exemplo de permanência pois continua a ser oferecido até hoje, tendo mais de 30 anos de atuação.

O CDC foi um fértil terreno para a criação do Mestrado em Ciência da Informação, em 1970, sedimentado por circunstâncias históricas, políticas e institucionais que culminaram nesse acontecimento. Na década de 60, de politização da informação e de institucionalização da área, conforme vimos antes, estavam sendo discutidos os sistemas nacionais de informação. O IBBD convoca equivocadamente, em 1968, um Seminário de Informática. No ano seguinte, a PUC/RJ lança o curso de Informática e a Fundação Getúlio Vargas realiza um Seminário sobre Documentação e Informática, em 1971, cujos trabalhos foram já citados neste capítulo.

Sob a presidência de Célia Ribeiro Zaher e a liderança de suas idéias inovadoras foi criado, no então IBBD, o mestrado em Ciência da Informação e, dois anos depois, em 1972, já com o Instituto sob a direção de Hagar Espanha Gomes, é lançada a revista Ciência da Informação, que no ano de 1997 completou 25 anos.

Conforme aconteceu com muitos cursos de pós-graduação brasileiros, o mestrado em Ciência da Informação teve, no início, presença maciça de professores estrangeiros, até que se formasse o corpo docente brasileiro. Renomados professores da área, principalmente dos Estados Unidos, reconhecidos internacionalmente, ministraram aulas e orientaram dissertações até o ano de 1981, entre os quais: Frederick Wilfrid Lancaster (34 orientações), Tefko Saracevic (13 orientações), LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce e Jack Mills, 2 orientações cada, além de John Joseph Eyre, Ingetraut Dahlberg e Suman Datta. Além da presença em seminários e conferências de renomados cientistas, entre os quais não podemos deixar de mencionar Derek de Solla Price, da Yale University e Simão Mathias, da USP. (Pinheiro e Loureiro, 1995)

Devemos esclarecer, nesta visão retrospectiva da área, extraída da tese de Pinheiro (1997) como indicado em nota, que alguns projetos e programas contidos neste trecho foram

desativados, o que será objeto de análise no decorrer da pesquisa.

4.1 Sistematização de eventos de ICT, anunciadores da nova área e marcos do seu desenvolvimento

No tópico anterior, sobre a fundação do IBBD /IBICT e os principais fatos de informação científica e tecnológica - ICT no Brasil, em visão retrospectiva de cinco décadas, 1940 a 1989, foram abordados os principais acontecimentos, no seu respectivo cenário político, de Ciência e Tecnologia e, particularmente, de ICT. No entanto, como o texto reproduzido data de 1997 e corresponde apenas a um subcapítulo de tese, cujo objetivo não era o estudo da Ciência da Informação no Brasil, o seu foco foi, conseqüentemente, resumido, apenas para não deixar de abordar a área no Brasil. Assim, julgamos oportuno sistematizar estes dados em quadros, para sua melhor visualização, bem como para preencher algumas lacunas e acrescentar complementações, aqui elaboradas, até porque o tempo permite amadurecer e aprofundar idéias.

A definição desses marcos foi fundamentada no pensamento de John Ziman, na sua obra "Conhecimento público", sobre a emergência de novas áreas e o reconhecimento de que o seu nascimento é anunciado e institucionalizado por novas instituições, fundadas para abrigar as suas atividades, pela promoção de reuniões e congressos para debater suas questões e publicação de periódicos especializados, a fim de disseminar o conhecimento gerado.

O livro "Cronologia do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, 1950-2000" é uma importante fonte para dados de Ciência e Tecnologia, no Brasil, a partir do qual podem ser sistematizados os específicos de ICT³ que para efeito deste

³ Um dos autores do presente trabalho, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, foi uma das responsáveis pelo levantamento dos eventos em ICT, por solicitação de José Rincon Ferreira, Diretor de Articulação Tecnológica da Secretaria de Tecnologia Industrial do MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Secretário Executivo da Comissão Comemorativa do 50 anos do CNPq.

trabalho foram demarcados por décadas, ou desmembrados. Podemos observar, nos três quadros apresentados, quando e onde se iniciam e evoluem, ou não, as ações de ICT em nosso País.

Quadro 1: Principais eventos relacionados à ICT, 1940-1968

no	Evento	Instituição	Local
940	Início do Catálogo coletivo de periódicos	USP	São Paulo
942	Implantação do SIC-Serviço de Intercâmbio de Catalogação	DASP	Rio de Janeiro
954	Fundação do IBBD	IBBD	Rio de Janeiro
954	Início do Catálogo coletivo Nacional-CCN	IBBD	Rio de Janeiro
955	Publicação da 1ª. Bibliografia impressa, na área de Física	IBBD	Rio de Janeiro
955	Início do 1º. Curso de Pesquisas Bibliográficas	IBBD	Rio de Janeiro
967	Fundação da BIREME-Biblioteca Regional de Medicina	USP	São Paulo
968	Lançamento da 1ª. Bibliografia Brasileira por processo automatizado, em Física	IBBD	Rio de Janeiro

Verificamos que atividades cooperativas, que caracterizam a organização de redes de bibliotecas e informação aparecem sob a forma de catálogos coletivos e de catalogação cooperativa, como um empreendimento para não duplicar

atividades no âmbito de ICT e recuperar informação de forma mais ágil.

A fundação do IBBD é um grande marco na área, como repetidamente vem sendo registrado neste trabalho, com todo o seu significado de avanço e chamando a atenção também para a criação da BIREME, o que praticamente inaugura dos Centros de Informação especializados, embora aí ainda adotando o nome de Biblioteca Geral de Medicina, depois denominado Centro Latino-Americano e do Caribe de Ciências da Saúde, com amplitude regional, conforme o nome indica.

O Curso de Especialização em Documentação e Informação, conhecido pela sigla CDC e também mencionado anteriormente, dá início à nova visão de documentação e das atividades de documentalistas, o que causou uma cisão com os bibliotecários, no exterior. Isto porque documentalistas seriam profissionais de diferentes formações que exerceriam atividades de informação científica, em centros de documentação ou de Informação, ou melhor, em acervos especializados para também comunidades de especialistas, gerando produtos tipo bibliografias, resumos etc. portanto, num processo de disseminação, fase que substituiria a de armazenamento e preservação em bibliotecas (Lasso de La Vega, 1969).

Além destes fatos, o lançamento de bibliografias para comunidades científicas especializadas, e este é o caso da Física, também pioneira na adoção de processo automatizado, isto ainda na década de 60.

Finalmente, não podemos deixar de destacar a concentração dessas atividades no Rio de Janeiro e São Paulo e o fato de o IBBD não ter escapado às ações de autoritarismo e arbitrariedades do golpe de 64, pois sua primeira Diretora, Lydia de Queiroz Sambaquy, foi afastada do cargo nessa ocasião.

Na década de 70 há maior incidência de eventos na área, o que pode ser causado por forte tendência a ações de planejamento que caracterizaram o Governo Federal nesse período, e a inclusão do IBICT e de ICT nos PBDCT's, dados que constam do quadro a seguir.

Quadro 2: Principais eventos relacionados à ICT na década de 70

Ano	Evento	Instituição	Local
1970	1º. Mestrado em Ciência da Informação	IBBD, mandato da UFRJ	Rio de Janeiro
1972	Formato CALCO	IBBD	Rio de Janeiro
1972	Ciência da Informação (periódico)	IBBD	Rio de Janeiro
1972/74	1º. PND- Plano Nacional de Desenvolvimento	Presidência da República	Brasília
1973	Início do Sistema de Informação da Embrapa.	Embrapa	Rio de Janeiro
1973	Implantação da REBAM- Rede de Bibliotecas da Amazônia	SUDAM	Belém
1973	Criação do CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporâneas do Brasil	FGV	Rio de Janeiro
1973/74	1º. PBDCT- Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Presidência da República	Brasília
1974	Seminário sobre Documentação e Informática	FGV	Rio de Janeiro
1974	Fundação do CIN- Centro de Informações Nucleares, na CNEN	CNEN	Rio de Janeiro

1975	Implantação da Rede de Documentação e Informação	MINTER	Brasília
1975	Início do SEICT- Sistema de Informação em ciência e Tecnologia	FAPESP	São Paulo
1975	ISSN- International Serial Standard Number	IBBD	Rio de Janeiro
1975	Realização da 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação	IBBD	Rio de Janeiro
1975/79	II PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Presidência da República	Brasília
1976	Mudança do nome do IBBD para IBICT	IBICT	Rio de Janeiro
1976	Início do Banco de Teses, do MEC/SIBEC e lançamento dos catálogos de dissertações e teses brasileiras.	MEC	Brasília
1977	Implantação da Rede Bibliodata/CALCO	FGV	Rio de Janeiro
1977	Início do acesso a bases de dados no exterior (Orbit, Dialog e Questel)	IBICT	Rio de Janeiro
1978	Fundação da BINAGRI- Biblioteca	Ministério da Agricultura e FAO	Brasília

	Regional de Agricultura, depois CENAGRI		
1978	Acesso online a bases de dados estrangeiras NTIS (fitas magnéticas) e LISA	IBICT	Rio de Janeiro
1978	Implantação do ISBN-International Standard Book Number	Biblioteca Nacional	Rio de Janeiro
1979	Realização da 2ª. Reunião Brasileira em Ciência da Informação	IBICT	Rio de Janeiro

Alguns comentários devem ser feitos para complementar ou explicitar os dados contidos no quadro 2, ainda que de forma resumida, ou para atualizar as informações.

Em primeiro lugar, esclarecer que fazem parte do quadro 2 os Planos Nacionais que incluíram informação, o IBBD/IBICT ou qualquer outro aspecto da questão, conforme descrito no tópico 4, portanto, eventos mais amplos.

Deve ser reforçado o fato de que o Mestrado do IBICT é o pioneiro no Brasil e na América Latina e desde o seu início, diferente dos demais, foi designado Mestrado em Ciência da Informação, depois de um pequeno período de discussões iniciais e dúvidas quanto à sua nomenclatura. Este Curso foi uma natural decorrência da experiência adquirida no curso de Pesquisa Bibliográfica, depois de 15 anos de funcionamento, portanto, foi uma evolução natural, além de coincidir com o período (anos 70) de crescimento da pós-graduação no Brasil, com a implantação de muitos cursos. Depois de mais de 40 anos de mandato e convênio com a UFRJ, a partir deste ano está sendo oferecido por convênio com a UFF - Universidade Federal fluminense-

Além do mestrado do IBICT, no campo da Biblioteconomia e Documentação surgiram cinco mestrados nessa década: o da USP -, em 1972, da UFMG, em 1976, os da PUCCAMP e da UFPB, em 1977 e o de Brasília, na UNB, em 1978. Estes cursos modificaram a sua denominação para Ciência da Informação nos anos 90. No final da década de 90 os mestrados instituídos são dois: o de Ciência da Informação da UNESP, em 1998, o de Informação Estratégica da UFBA, numa subárea da Ciência da Informação que vem se desenvolvendo muito, ultimamente, no exterior e também no Brasil, além do mais recente, da UFSC, em Ciência da Informação.

Não podem ser esquecidos os Cursos de Curta Duração do IBICT, realizados nas décadas de 70 e 80 e ministrados em todas as regiões do País, divulgando conhecimentos em Ciência da Informação, atendendo à demanda das mais diferentes instituições e atuando como fator de multiplicação. Participavam professores não somente do Instituto, mas profissionais que passaram pelos seus cursos de pós-graduação, numa ação voltada para fora do IBICT, de amplitude nacional, o que demonstra a sua exogenia.

O formato CALCO - Catalogação Legível por Computador foi desenvolvido numa dissertação de mestrado em Ciência da Informação, do IBICT, por Alice Príncipe Barbosa, a partir do MARC- Machine Readable Cataloguing, da Library of Congress.

O Seminário sobre Documentação e Informática, promovido pelo Instituto de Documentação - INDOC, da Fundação Getúlio Vargas, apesar da denominação, foi realizado para discutir a Ciência da Informação, num momento em que a sua nomenclatura, no Brasil, ainda estava indefinida, havia pouco entendimento das diferenças e interdisciplinaridade com outros campos, sobretudo a Ciência da Computação e a Biblioteconomia e por não haver, ainda, estudos brasileiros sobre teoria e Epistemologia dessa nova área. Participaram, na condição de conferencistas, professores e profissionais da própria FGV, tanto de Documentação quando de Informática, do

IBBD, da Biblioteca Nacional, da IBM, dentre outras instituições e empresas. Pelo conteúdo das discussões, este evento será detalhadamente analisado no decorrer da pesquisa. Podemos adiantar que, como um dos resultados apontados na apresentação da publicação do evento, foi afirmado, por Benedicto Silva (Seminário, 1971): "...o Seminário deu ensejo à utilização, pela primeira vez no Brasil, da expressão Informática aplicada". Esta é uma estimulante observação, que podemos correlacionar às "aplicações", assim chamadas na Ciência da Informação, importantes subáreas, por exemplo, automação de bibliotecas.

A primeira e segunda (e última) Reunião Brasileira de Ciência da Informação, realizadas, respectivamente, em 1975 e 1979, promovidas pelo IBBD/IBICT são documentos significativos para o entendimento da Ciência da Informação no Brasil e sua institucionalização, tanto que devem passar por detalhada análise, relativa, principalmente a participantes e temática.

Além do periódico Ciência da Informação, do IBICT, surgiram na mesma década revistas de Biblioteconomia, no ano de 1972, a Revista de Biblioteconomia da UFMG, hoje denominada Perspectiva de Ciência da Informação e, em 1973, a Revista de Biblioteconomia de Brasília, editada pela ABDF e UnB. Aqui se repete o fenômeno da alteração do nome para Ciência da Informação, como é o caso da revista mineira.

Os eventos da década de 80 são apresentados no próximo quadro, de número 3.

Quadro 3. Principais eventos relacionados à ICT na década de 80

Ano	Evento	Instituição	Local
1980	Implantação do COMUT-Programa de Comutação Bibliográfica	MEC, depois IBICT	Brasília
1980/85	III PBDCT	Presidência da República	Brasília
1982	Início do INFORMAN	MPEG* e UFPA	Belém

1982/83	Implantação do Programa de ICT	IBICT	Brasília
1884	Lançamento da Ação Programada de ICT	IBICT	Brasília
1985	Início dos Núcleos de Informação Tecnológica	IBICT	Brasília
1986	Implantação do PNBU- Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias	MEC/SESU	Brasília
1986	Lançamento do CCN- Catálogo Coletivo de Publicações Seriadas, via RENPAC	IBICT	Brasília
1986	Criação da RITLA- Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana	SELA	Brasília
1987	Introdução, no Brasil, do software MicroIsis	UNESCO	Brasília
1988	Início da Bitnet		
1989	Primeiras ações para a RNP- Rede Nacional de Pesquisa	MCT	Brasília
1989	Fundação da ANCIB		São Paulo

* Museu Paraense Emílio Goeldi

A década de 80 é marcada pelo começo do COMUT, muito importante num país de dimensões continentais, caracterizado por restrições de verbas para aquisição de acervos, e por coleções incompletas e desatualizadas. Este Programa se tornou um instrumento muito útil para o acesso à informação e hoje está entre os serviços prestados pelo IBICT.

No MEC também surgiu outro Programa de grande relevância para a área, o PNBU, com diferentes subprojetos, descritos anteriormente, e foco também na formação de recursos humanos, com a criação do curso de especialização oferecido em diferentes Estados brasileiros.

Na atuação do IBICT constatamos um forte investimento do Instituto na implantação de sistemas de informação nacionais, em áreas prioritárias, destacados no tópico anterior, apoiados por recursos do Banco Mundial, no PADCT-Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estes sistemas posteriormente enfrentaram dificuldades na sua

continuidade, permanecendo algumas bases de dados nacionais e serviços prioritários, que serão estudados em detalhe na pesquisa.

Os eventos contidos no quadro 3 refletem o investimento do Brasil em infraestrutura tecnológica, o que vai estimular os serviços de comunicação e informação em rede e possibilitar, na década de 90, o lançamento desses recursos em rede eletrônica, abrindo a perspectiva da universalização de acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU INICIAIS?)

Este trabalho, por se tratar de parte de uma pesquisa muito mais abrangente, citada no seu início, mesmo sendo focado nas políticas de C&T, P&D e ICT, no quadro de nascimento e desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil, ainda depende de mais estudos e análise dos dados levantados, para que esse cenário se tome mais nítido e completo.

Por outro lado, deve ser explicitado que na pesquisa a Ciência da Informação é considerada um campo do conhecimento com seu próprio estatuto científico, ainda que interdisciplinar, daí não englobar eventos específicos de Biblioteconomia, Comunicação ou Ciência da Computação, embora haja reconhecimento dos seus fortes laços interdisciplinares. Por este motivo, periódicos e eventos nessas áreas, quando abordados, têm a função de ilustrar questões terminológicas, conceituais e epistemológicas existentes, que assim se manifestam.

Por exemplo, há outros programas e cursos de pós-graduação interdisciplinares à Ciência da Informação, uma vez que incluem informação, mas não fazem parte do Comitê de Ciência da Informação, da CAPES, talvez por não a priorizarem e ser outro o seu objeto de estudo. Entre estes está, por exemplo, o Mestrado em Memória Social e Documento, implantado em 1988 na UNIRIO, que até integrou esse Comitê e depois saiu. Outros surgiram muitos anos depois, na década de

90: o Mestrado em Comunicação e Informação, criado em 1996, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRG; o Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, da UFF - Universidade Federal Fluminense; fundado em 1997; e o Mestrado em Comunicação, Informação e Sociedade, implantado em 1998 na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Esta mesma observação é válida para periódicos e reuniões técnico –científicas. Os dados sobre as revistas podem ser atualizados com a inclusão do Informare: Cadernos do Programa de Pós - Graduação em Ciência da Informação, do IBICT, inscrito no ISSN como da UFRJ, o que provavelmente comprometerá a sua continuidade, uma vez que o convênio atual do IBICT é com a UFF. Além deste, o DataGram Zero - revista de Ciência da Informação lançada em dezembro de 1999, somente em versão eletrônica. Alguns dos periódicos da área circulam em duas versões, eletrônica e impressa, como a Ciência da Informação, do IBICT, disponível na Internet desde 1995, a TransInformação, da PUCCAMP, desde 1996, e Informação e Sociedade, da UFPb, a partir de 1999.

Sobre os eventos direcionados à Ciência da Informação, exceto as duas Reuniões Brasileiras em Ciência da Informação, promovidas pelo IBICT e realizadas no Rio de Janeiro, em 1975 e 1979, atualmente apenas as reuniões da ANCIB e do CINFORM são específicas da área e vêm sendo realizadas de forma sistemática, tanto que o CINFORM deste ano é o quinto.

O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, existente desde 1954, atualmente incorpora também a Ciência da Informação no seu título, os Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias - SNBU, os Seminários de Automação de Bibliotecas, promovidos no INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais e as Jornadas de Biblioteconomia e Documentação, em âmbito regional (sul,nordeste e norte) e diversos eventos não regulares têm sido realizados, alguns desativados, daí não terem sido aqui incluídos.

A repercussão da atuação do IBICT em todo o território nacional está para ser escrita.

As Instituições que tiveram a sua criação com o apoio do Instituto, como a BIREME e o CIN, os cursos que foram implantados sob sua influência e participação dos seus professores e pesquisadores, enfim, o quanto sua presença e atuação têm sustentado e impulsionado o desenvolvimento da ICT em território nacional.

Um bom exemplo é a criação da Biblioteca Central e do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, por um médico, professor e documentalista, Clodoaldo Beckmann, egresso do CDC do IBICT. O curso da UFPA congregou grandes intelectuais de Belém como o filósofo Benedito Nunes, o emérito professor Francisco Paulo Mendes, especialista em História da Arte e da Literatura, e o escritor Cônego Apio Campos, entre outros, além de ter contado com a presença de professores do IBBD como Célia Zaher, o que atesta o alto nível do ensino ministrado nesse Curso.

Não podemos deixar de ressaltar dois fatos, um referente às atividades de ensino de pós-graduação do IBICT, e outro ao próprio Instituto. No primeiro caso, a amplitude continental do PPGCI, uma vez que, desde os seus primeiros anos, a presença de alunos da América Latina foi uma de suas características, o que certamente deve ter contribuído para o debate e busca de soluções das questões latino-americanas de informação e da liderança do IBICT na região.

Inversamente, após alguns dados desta pesquisa, relativos a programas, projetos e atividades em ICT e abordados no texto sabemos, hoje, que muitos foram desativados nos últimos anos, gradativamente ou de forma abrupta, o que será analisado detidamente, na pesquisa. Não se trata de desconhecer as naturais e até necessárias transformações da área, por suas próprias características, sobretudo das tecnologias de Informação, de rápida obsolescência, mas sim das exigências de análise aprofundada de algumas questões, do reconhecimento de que muitas vezes não é caso de exclusão, e sim de

atualização, de aperfeiçoamento, e que a verdadeira experiência, com sabedoria, quase sempre é um dado positivo. Até porque nada surge do nada nem é absolutamente original, pois sempre há uma idéia ou um trabalho precedente, fundador do novo, a partir do antigo, transmutado.

Em relação ao IBICT devemos refletir que o IBBD-Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação foi fundado em 1954, dois anos após a criação do VINITI, instituto semelhante, da Rússia e, por esta comparação, constatamos o quanto o Brasil foi um país de vanguarda em informação científica e tecnológica - ICT e o quanto este patrimônio não somente institucional, mas brasileiro, deve ser zelado, por representar, hoje, 50 anos de investimentos de recursos públicos, conhecimentos reunidos e experiência acumulada por todos os profissionais que fizeram a sua história, por ele passaram e aqueles que ainda permanecem na Instituição.

A história e a historiografia da Ciência da Informação no Brasil estão sendo traçadas...

Referências bibliográficas

AGUIAR, Afrânio Carvalho. Coordenação de uma rede nacional de informação em ciência e tecnologia: um plano prioritário do IBICT. *Ciência da Informação*, Brasília, v.9, n.1/2, p.83-8, 1980.

ALMEIDA, Paulo Mendes de. *De Anita ao Museu*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

BARBOSA, Alice Príncipe. *Catálogo cooperativa no Brasil*. *IBBD Notícias*, v.4, n.1, p.17-23, jan./mar. 1970.

BRASIL. MEC. SESU. *Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias*. 1º PNB. Brasília, 1986.

BRASIL. Presidência da República. *I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1972/74)*. Brasília, 1976.

BRASIL. Presidência da República. II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975/79). Brasília,, 1976.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980/85). Brasília, 1980.

BRASIL. SEPLAN. CNPq. Ação programada em Ciência e Tecnologia 29. Informação em Ciência e Tecnologia. Brasília, 1984.

BRIQUET DE LEMOS, Antônio Agenor. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. Ciência da Informação, Brasília, v.15, n.2,p.107-15, jul./dez. 1986.

CIÊNCIA da Informação ou Informática? Org. por Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

CNPq/IBICT-UFRJ/ECO. Comissão de Convênio. A pós-graduação em Ciência da Informação na UFRJ. Ciência da Informação, v. 16 , n.2, p.112-124,jul./dez. 1987

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CRONOLOGIA do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro 1950-2000 e Memória da cerimônia de homenagem aos empresários que se destacaram no campo da ciência, tecnologia e inovação. Brasília: MDIC/STI, CNI, SEBRAE, 2002. 413p.

FOSKETT, D. J. Informática. In: Ciência da Informação ou Informática? Org. Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p.9-51. Publicado originalmente no Journal of Documentation, v.26, n. 4, p.340-67, Dec. 1970.

FREUND, Julien. As teorias das ciências Humanas. Lisboa, Sociocultur, 1977. 174p.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação . Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte: v.3, n. 1,p.13-26, mar. 1974.

GOMES, Hagar E. Apresentação In: Ciência da Informação ou Informática? Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.7-8.

GOMES, Hagar E. & CARVALHO, Maria Beatriz P. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT) do Brasil. In: Congresso Regional sobre Documentação, 4, Bogotá, 1973. La tecnología en los servicios de información y documentación. México, CONACYT, 1974. p.271-81.

JAPIASSU, Hilton. As máscaras da ciência. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.6, n.1; p. 13-15, 1977.

LASSO DE LA VEGA, Javier. Manual de documentación. Barcelona: Editorial Labor, 1969. 829p.

MIRANDA, Antônio. Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, LTC Editora S.A., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1977. 135p.

MORAES, Eduardo Jardim de. A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

OLIVEIRA, Marlene. A investigação científica na Ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. Orientadora: Suzana Pinheiro Machado Müller. Brasília/UNB: 1998. Tese de doutorado (Ciência da Informação).

OTLET, Paul. Traité de documentation; le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruselles, Belgium: Ed. Mundaneum,1934.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Prefácio. In: O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Organização de Maria de Nazaré Freitas Pereira e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, Brasília: IBICT, DEP/DDI, 2000, 289p. p. vii-xxiv

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: O campo de Ciência de Informação; gênese, conexões e especificidades. Organização de Mirian de Albuquerque de Aquino. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 61-86

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Infra - estrutura para pesquisa em Ciência da Informação. Datagramazero: Revista de Ciência da Informação, v.1,n. 6, dez/00. Disponível na Internet via URL: <http://www.dgz.org.br>

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. A Ciência da Informação entre sobra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997. 280p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientadora: Gilda Braga

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Páginas de uma revista em 25 anos (editorial).Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n.3, p.290-291, 1996

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. Ciência da Informação, Brasília, v.24, n.1, p.42-53, jan/abril 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro, PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Mudando os rumos da participação bibliotecária: uma proposta para curso de especialização de bibliotecários de instituições de ensino superior. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, Porto Alegre, 1987. Anais. Porto alegre, 1987. p. 75-147

SANT'ANNA, Vanya. Ciência e sociedade no Brasil. São Paulo: Símbolo,1978. 148p.

SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a ciência: a formação da comunidades científica no Brasil. Trad. de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: Ministério de ciência e Tecnologia / Centro de Estudos Estratégicos, 2001. 357p. (Brasil, Ciência & Tecnologia, 1)

SEMINÁRIO sobre Documentação e Informática, Rio de Janeiro, 1971. Da documentação à Informática; Seminário de 24 a 27 de novembro de 1971. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. Instituto de Documentação, 1974. 240p.

UNESCO. UNISIST: Synopsis of the feasibility of a world science system Paris, UNESCO, 1971. 92p.

ZILIO, Carlos. Artes Plásticas. In: O nacional e o popular na cultura brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

ZIMAN, John. Conhecimento público. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da USP, 1979. 164 p. (Coleção O homem e a ciência, v. 8)